

MUNICÍPIO DE ALEGRE

RELATÓRIO DE GESTÃO

PREFEITO CONSOLIDADO

2024

APRESENTAÇÃO

O presente relatório compõe a prestação de contas da Prefeitura Municipal De Alegre na gestão do Prefeito Sr. Nemrod Emerick, conforme dispõe a Instrução Normativa TCEES 68/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

O Município de Alegre, ao concluir o exercício de 2024, vem apresentar as informações que demonstram os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, demonstrando uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão do serviço público do Poder Executivo.

As ações do Município tiveram como balizadores os seguintes órgãos:

001	CÂMARA MUNICIPAL
002	SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO
003	SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
004	SECRETARIA EXECUTIVA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
007	SECRETARIA EXECUTIVA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE
009	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
011	SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS, SANEAMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS
012	SECRETARIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
014	SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE
020	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
022	SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
030	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
031	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE- IPASMA
032	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ALEGRE
035	SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024 – IN TC 68/2020, TCEES

a) Atendimento aos limites constitucionais

A Prefeitura de Alegre atendeu os limites previstos na Constituição Federal, realizando ações de serviços públicos de saúde e ações para manutenção e desenvolvimento do ensino infantil e fundamental.

Nos gastos com educação, especificamente com relação à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), o dispêndio alcançou 27,88% de receitas resultantes de impostos. O valor gasto com Educação para fins de aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no ano de 2024 foi de R\$23.828.390,96 (vinte e três milhões oitocentos e vinte e oito mil trezentos e noventa reais e noventa e seis centavos).

Ainda no que particulariza a educação, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), foram gastos 100,00% da receita específica recebida a título do FUNDEB, na remuneração do magistério com ensino infantil e fundamental, bem acima do limite constitucional mínimo de 70%, sendo que o valor com despesa do FUNDEB foi de R\$ 22.813.934,25 (vinte e dois milhões oitocentos e treze mil novecentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

Em relação à Saúde, os gastos foram de 20,90 %, o que representa o valor de R\$ 16.958.984,89 (dezesseis milhões novecentos e cinquenta e oito mil novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), índice que evidencia uma margem positiva marcante diante do limite constitucional de 15%.

Quanto ao repasse para a Câmara Municipal, a Prefeitura Municipal de Alegre atendeu o art. 29-A da Constituição Federal repassando para o órgão R\$ 5.667.495,49 (cinco milhões seiscentos e setenta e sete mil quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos), que representa 7% da receita arrecadada em 2023 estabelecidas na legislação citada.

b) Atendimento aos limites estabelecidos pela LRF

Em relação aos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura Municipal de Alegre atendeu a lei conforme apresentamos.

A despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal foi de R\$ 63.516.080,65 (sessenta e três milhões quinhentos e dezesseis mil oitenta reais e sessenta e cinco centavos) representando 45,46% da Receita Corrente Líquida, estando, portanto, abaixo do limite máximo e abaixo do limite prudencial estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) Medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal

Esta administração está ciente da adoção de medidas, no sentido de manter o índice de gasto com pessoal dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal em especial aos artigos 22 e 23 da referida Lei.

d) Cumprimento de metas estabelecidas

No tocante à prescrição contida no art. 59 da LRF em relação à execução orçamentária no exercício de 2024, pôde-se observar as seguintes movimentações extraídas dos relatórios resumidos de execução orçamentária e relatórios de gestão fiscal do exercício de 2024, a saber:

A previsão atualizada das metas estabelecidas, referente à receita (receita primária) foi de R\$ 152.950.121,70 (cento e cinquenta e dois milhões novecentos e cinquenta mil cento e vinte e um reais e setenta centavos). A receita primária realizada até dezembro de 2024, conforme o relatório resumido da execução orçamentária, demonstrativo do resultado primário - Anexo VI, (LRF,

art. 53, inciso III), foi de R\$ 185.105.753,01 (cento e oitenta e cinco milhões cento e cinco mil setecentos e cinquenta e três reais e um centavo).

A previsão atualizada das metas estabelecidas, referente à despesa (despesa primária) foi de R\$ 217.355.342,53 (duzentos e dezessete milhões trezentos e cinquenta e cinco mil trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos). A despesa total liquidada até dezembro de 2024, conforme o relatório resumido da execução orçamentária, demonstrativo do resultado primário - Anexo VI, (LRF, art. 53, inciso III), foi de R\$ 197.061.168,28 (cento e noventa e sete milhões sessenta e um mil cento e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos).

e) Renúncia de Receitas

O município de Alegre no exercício de 2024 instituiu ou concedeu benefícios e incentivos fiscais, como os elencados no artigo 14 da LRF que são considerados renúncia de receita, através da lei 3766 que instituiu o programa municipal de recuperação fiscal e através da lei 3613 que instituiu o código tributário do município.

f) Adoção de medidas de compensação para a renúncia de receita

Não houve.

g) Inscrição, baixa e os pagamento de precatórios

O Município encerrou o exercício de 2024 sem saldo de precatórios a pagar.

h) Gastos com publicidade

No tocante à despesa com publicidade não foi identificado valor aplicado no decorrer de 2024.

i) Estratégias adotadas pela Procuradoria Geral para recuperação de créditos tributários

O Município de Alegre executa procedimentos de cobrança judicial e administrativa de créditos tributários e não tributários, devidamente inscritos em dívidas ativas.

j) Atendimento das recomendações e/ou determinações contidas nos pareceres prévios emitidos pelo TCEES

Foram adotadas todas as providências cabíveis quanto as recomendações e orientações emitidas pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo.

k) Desempenho da arrecadação das receitas municipais

Dentre a arrecadação dos impostos municipais o valor do IPTU foi de R\$ 1.920.487,43 (um milhão novecentos e vinte mil quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e três centavos), enquanto o ISS perfez a quantia de R\$ 6.599.067,18 (seis milhões quinhentos e noventa e nove mil sessenta e sete reais e dezoito centavos), o ITBI obteve R\$ 692.687,38 (seiscentos e noventa e dois mil seiscentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos).

l) política recuperação dos créditos inscritos em Dívida Ativa

Informo que a procuradoria municipal em conjunto com o setor tributário municipal vem executando judicialmente o estoque de dívida ativa tributária do Município de Alegre.

m) Participação acionária

O Município de Alegre não possui participação acionária em empresas públicas e sociedades de economia mista.

GESTÃO PATRIMONIAL

O Município de Alegre, realizou inventário de bens móveis e imóveis e suas respectivas conciliações físico contábeis, atendendo, desta foram, todas as exigências legais e das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

CONCLUSÃO:

O Município de Alegre, cumpriu com suas responsabilidades emanadas pela legislação Constitucional e Infraconstitucional, cumprindo com os limites de aplicação dos recursos no atendimento à legislação vigente quanto a aplicação mínima de gasto com saúde e profissionais do magistério.

Manteve o gasto com pessoal abaixo do limite prudencial, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 e não possui dívida fundada.

Com relação ao equilíbrio orçamentário, encerramos o exercício de 2024 com um resultado primário de R\$(12.466.662,08) (doze milhões quatrocentos e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e dois reais e oito centavos), conforme pode-se verificar no Balanço Orçamentário.

Contudo, ressalto que nossa gestão está sempre balizada pelos princípios que norteiam a administração pública que são a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE

NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal